

EM PAUTA O PDU, QUE REGRA O USO E A OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DA CIDADE, PODE SER VOTADO ATÉ O FIM DESTES MÊS PELOS VEREADORES

Grandes projetos podem ter que passar pela Câmara

Propostas de emenda ao PDU querem restringir construções na cidade de Vitória

ADEMAR POSSEBOM

apossebom@redegazeta.com.br

A construção de grandes empreendimentos em Vitória pode ter de passar também pela Câmara de Vereadores. E a previsão de abrir estabelecimentos comerciais e de serviços deve continuar proibida nas ruas menos movimentadas de Jardim da Penha e Jardim Camburi. Esse é o objetivo de duas propostas de emenda ao Plano Diretor Urbano (PDU) da Capital.

Se aprovada, a primeira vai valer até para o Centro de Convenções previsto para a área do aeroporto, além do Nova Cidade, projeto para construir 13 prédios de 19 andares na Enseada do Suá. O PDU, que rege o uso e a ocupação das áreas da cidade, está na Câmara e pode ser votado até o fim do mês.

Autor das propostas, o vereador Luciano Rezende (PPS), quer evitar a construção do Nova Cidade, da maneira como está previsto. A altura dos prédios abriria precedente para descaracterizar a área entre o Hortomercado, na Enseada do Suá, e o Iate Clube, na Praia do Canto.

DEBATE. "Queremos que os grandes projetos, como foi a ampliação do Aeroporto, passem pela Câmara. Seriam os projetos para as Zonas de Equipamentos Especiais (ZPE), previstas no projeto de PDU da prefeitura. Hoje, depende só de decreto do poder executivo", afirma.

As ZPEs são o aeroporto, o porto, a Ufes, o Cefetes, o Hospital das Clínicas e uma área de São Pedro.

O secretário de Desenvolvimento da Cidade, Kléber Frizzera, soube do projeto através de A GAZETA e considerou positivo o interesse em estudar melhor as grandes obras. Mas defendeu a abertura de pequenos estabelecimentos, escritórios e lojas em todas as ruas de Jardim da Penha e Jardim Camburi.



PROJETOS. Outra proposta de emenda ao PDU impede a abertura de estabelecimentos comerciais em ruas residenciais de Jardim da Penha e Jardim Camburi, para evitar a multiplicação de lojas que houve na Praia do Canto. FOTO: GABRIEL LORDÉLLO

MUDANÇAS NO PDU

■ **Coefficiente de aproveitamento.** De acordo com o projeto que está na Câmara de Vereadores para ser votado, esse índice foi reduzido em 20%, em média. O cálculo do coeficiente aponta a área que um prédio, por exemplo, pode ocupar no terreno em que vai ser construído, bem como sua altura máxima. A redução média proposta passa de índice 3 para 2,4, e atinge até índices menores que esse em áreas mais densamente ocupadas, como a Região Continental

■ **Abertura de estabelecimentos comerciais.** O projeto que está na Câmara abre a possibilidade de se abrirem estabelecimentos comerciais em várias ruas residenciais da cidade. Bairros como Jardim Camburi e Jardim da Penha estão entre as áreas impactadas com essa mudança proposta. As regras para abertura de estabelecimentos nessas vias, no entanto, são bem mais rígidas que as atuais, e só permitiriam o funcionamento de microempresas

■ **Ilhas do Boi e do Frade.** A prefeitura chegou a propor que pequenos estabelecimentos comerciais pudessem ser abertos nessas ilhas, mas essa medida acabou não chegando à proposta de revisão do Plano Diretor Urbano

■ **Praia do Canto.** Foi aprovada a restrição de novos prédios comerciais no bairro

■ **Jardim Camburi.** A altura dos prédios terá relação proporcional à largura da via em que forem construídos

■ **Barro Vermelho e Jardim da Penha.** Novos prédios poderão ter até seis andares

■ **Bicicletas.** Passam a ter vagas obrigatórias em estabelecimentos comerciais, como shoppings e supermercados

■ **Participação popular.** Prevê a convocação da população para decidir sobre construções que tragam grande impacto para a cidade. Além de audiências públicas, podem ser realizados plebiscitos

Vila Velha restringe obras em áreas verdes

Objetivo é amortecer a pressão do mercado imobiliário sobre áreas de preservação

Vila Velha vai restringir a construção de residências e estabelecimentos comerciais no entorno das áreas de preservação

ambiental. O objetivo é permitir um amortecimento da pressão do mercado imobiliário sobre os principais espaços verdes do município, como o Morro do Moreno e o Convento da Penha. Essas novas regras vão estar no novo Plano Diretor Municipal (PDM), a ser apresentado na terça-feira.

Outra proteção que o PDM vai dar às áreas de proteção

ambiental é a cobertura de uma legislação municipal. Afinal, só duas dessas áreas, hoje, ficam em unidades de conservação. Com a legislação municipal, brechas na legislação federal que protegem as áreas de interesse ambiental vão passar a ter cobertura pelo PDM.

Os detalhes dessas regulamentações vão ser apresentados na terça-feira, pelo Institu-

to Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), que elabora o projeto de PDM. Outras definições, no entanto, já são de conhecimento da prefeitura. Entre elas, o estabelecimento de cones de visualização do Convento da Penha, a serem respeitados por novas construções, e a altura máxima de prédios em áreas de interesse turístico, como a orla.